

Preconceito Racial no Brasil

Harald Malschitzky

Haverá preconceito racial no Brasil? A esta pergunta muitos responderão simplesmente que não há preconceito racial no Brasil. Entretanto, o simples fato de se enunciar tal pergunta, denuncia essa realidade crucial: No Brasil há preconceito racial e tentar negá-lo é fundamentar somente ainda mais a sua existência. Além disso, podemos lançar mão de muitos argumentos que põem em evidência o preconceito racial. Por exemplo, a lei Afonso Arinos, promulgada em 1951, é uma prova clara e concreta. Não houvesse o preconceito racial e ela não teria, em absoluto, razão de ser. Não bastando esses argumentos, citem-se frases cotidianas e normais, palavreados que sempre de novo repetimos, mesmo sem nos darmos conta do que existe por detrás das mesmas: «Fazer serviço de branco», «logo se vê que é negro», «negro não casa, se ajunta» e mais uma infinidade de «provérbios» que poderíamos enumerar aqui.

Não há dúvida de que o preconceito racial varia de região a região e de que ele não se expressa em uma segregação ostensiva como a vamos encontrar em outros países. Nós podemos constatar uma acomodação racial relativa. As manifestações de preconceito, em geral, se apresentam encobertas e disfarçadas. Não vamos encontrar, em todo Brasil, logradouros públicos que, estipulados por lei, se destinem somente aos brancos, fenômeno esse que, aliás, se encontra em regiões da própria África, onde se podem ler frases como: «Somente para brancos», «proibido para negros e cães» e assim por diante. Nem tampouco se torna necessário que um negro, para freqüentar uma escola, tenha de ser escoltado por um batalhão inteiro. Os brasileiros merecem o reconhecimento, eles estão em situação superior nesse setor, justamente aclimatando todas as raças, sem maior distinção. Ademais, toda a estrutura racial brasileira oferece vantagens enormes para a acomodação definitiva, para o caldeamento que extinguirá qualquer preconceito. Se hoje ainda existe preconceito racial, é porque as vantagens não foram usadas e isso acontece muitas vezes por circunstâncias dadas com toda a estrutura social do Brasil. Aparentemente não há mais problemas, na realidade, porém, o preconceito racial ainda existe e suas conseqüências não podem ser ignoradas, ao contrário, devem ser combatidas. É interessante notar ainda que, não raro, o preconceito de cor se identifica com um preconceito de classe o que, porém, não pode ser generalizado. Comumente vamos deparar com o preconceito de cor, mesmo em ocasiões nas

quais isso não é reconhecível à primeira vista. Cumpre ressaltar que o preconceito de côr no Brasil não assume formas de uma ideologia o que, por um lado, torna difícil a sua identificação e por outro, abre mais portas para a solução do problema. Uma série de questionários organizados por pessoas competentes revelam que o preconceito racial se resume em uma infinidade de estereótipos, de concepções fixadas «a priori» ou então tendo como ponto de partida algum acontecimento único, donde se estabelecem certos padrões extensivos a toda uma raça. Tomando em consideração o sistema democrático e a lei perante a qual todos os homens são iguais, independentemente de classes, raças, ideologias ou religião e analisando o sistema escravocrata e seu solapamento gradativo e pacífico, compreenderemos que não se deu oportunidade para a formação de uma ideologia em tôrno do preconceito racial. A desagregação lenta da escravidão, as condições inerentes ao sistema escravocrata, também são fatores decisivos para a não formação de uma ideologia de preconceito. Há, como já dissemos, os estereótipos que por diversos motivos não se uniram dando forma à ideologia. O que se nos apresenta hoje na estrutura sócio-cultural está estritamente condicionado à colonização do Brasil, à sua independência e à proclamação da república, tendo, em toda essa evolução, justamente o negro papéis importantes a desempenhar.

E' sabido que já antes do descobrimento do Brasil se conheciam escravos negros. Não se sabe ao certo quando foram introduzidos os primeiros escravos africanos no Brasil. Verdade é que por volta de 1520-30 são registrados os primeiros em terras brasileiras. A princípio se procurou usar o índio no trabalho escravo, mas dois fatores se impuseram. Por um lado, o índio era difícil de ser capturado e quando prêso oferecia toda uma série de problemas na acomodação e adaptação, por outro, logo se fêz sentir a oposição a tal sistema, provindo da Igreja Católica e dos próprios portugueses. Além disso o negro oferecia condições bem mais favoráveis ao trabalho árduo nas fazendas, no plantio e na mineração. De norte a sul do Brasil foi introduzido o escravo negro, mesmo considerando a diversidade da exploração do solo. O papel do escravo se tornou imprescindível logo de início. Na área de São Paulo, por exemplo, o verdadeiro afluxo do negro da África teve seu início na época da plantação do café, enquanto no Paraná se intensificou com a produção da erva-mate, ao passo que nos planaltos catarinenses e planícies gaúchas a mão escrava era amplamente usada nas fazendas de criação de gado. No norte brasileiro o escravo teve um papel importantíssimo no plantio da cana de açúcar e do cacau. E' importante ressaltar que a maioria de exploradores vinda ao Brasil não trazia consigo mãos para explorar a riqueza existente. Daí a necessidade de se usar a mão escrava, considerando que não se conseguia assalariados, dada a população escassa daquela época. Ademais, a mineração absorvia um número enorme de escravos, pois êstes tinham de ser renovados de tempo em tempo por causa do trabalho em ambientes insalu-

bres. A entrada constante e progressiva de imigrantes à procura de fortuna desenvolveu ainda mais o sistema escravocrata. A própria coroa portuguesa tinha como objetivo conseguir o máximo de riqueza dessa terra recém descoberta. Assim, não hesitava em distribuir terras em forma de latifúndios a quem quisesse e apresentasse meios de se fazer senhor absoluto de seu quinhão, tirando d'êle índice mais elevado de rendimento para si e para o Reino. Dentro d'esse estado de coisas se estabeleceu a escravidão no Brasil. Os negros mais procurados inicialmente foram os provindos de Moçambique e de Angola, devido a sua estatura e seu corpo bastante fortes. Mas, com o correr do tempo, os senhores de engenho, latifundiários e mineradores não perguntavam pela procedência, contanto que recebessem escravos em número elevado. Foi estabelecido um tráfico de negros regular entre o Brasil e a África. Nas fazendas êles viviam nas senzalas, sem o menor conforto, sem gozar de qualquer liberdade, obtendo uma alimentação precária. Por todos os meios se procurou fazer do escravo um «objeto» de uso a bel-prazer do senhor. Os escravos eram considerados «peças» pertencentes aos senhores e êstes últimos tinham inteira liberdade de usá-los como bem o entendessem. E' evidente que, recebendo êsse trato e não tendo qualquer meio ou possibilidade de se defenderem, os negros procuravam submeter-se à forma de vida que lhes era imposta. Tentaram acomodar-se dentro de um sistema inteiramente nôvo, dentro de um sistema pré-estabelecido contra o qual não se podiam opor. Isso deu origem a um mundo dicotomizado, um mundo e uma estrutura social formada por duas castas distintas, a dos senhores e a dos cativos. O ideal do colonizador branco era, nas palavras de Antonil, «ser servido, obedecido e respeitado de muitos». Havia também um fator econômico, alvo de cada senhor, pois, quanto mais escravos possuísse, tanto mais possibilidades de aquisição de novas áreas existiam. O negro, por sua vez, dada a sua situação de inteira passividade, de instrumento, não tinha um alvo a alcançar, a não ser o muito remoto da liberdade ou da ascensão para um pôsto mais elevado. Em alguns casos poderia ser elevado em sua posição social. Quanto à liberdade, somente havia a fuga que além de difficilima, era perigosa, pois se fôsse recapturado, receberia um tratamento dos mais ruins que muitas vêzes levava até à morte. Havia grupos de homens especialmente organizados, os quais, sob a chefia dos capitães-de-mato, se embrenhavam sertão a dentro à caça de fugitivos. Acontecia também que fugitivos se suicidavam a fim de escapar dos maus tratos que sofreriam após serem recapturados. Todavia, não faltavam os senhores mais humanos, cujos escravos recebiam um tratamento relativamente adequado, o que, porém, nada opunha ao sistema escravocrata em si, nem tampouco retinha a evolução do mesmo. Além disso, o próprio govêrno procurava manter a ordem, fazendo uso da fôrça. Prova disso é a existência de um pelourinho em plena praça pública. Da mesma forma jornais daquela época nos notificam dos castigos usados e dos meios empregados na caça dos fugitivos. Todos os sinais característi-

quais isso não é reconhecível à primeira vista. Cumpre ressaltar que o preconceito de côr no Brasil não assume formas de uma ideologia o que, por um lado, torna difícil a sua identificação e por outro, abre mais portas para a solução do problema. Uma série de questionários organizados por pessoas competentes revelam que o preconceito racial se resume em uma infinidade de estereótipos, de concepções fixadas «a priori» ou então tendo como ponto de partida algum acontecimento único, donde se estabelecem certos padrões extensivos a tôda uma raça. Tomando em consideração o sistema democrático e a lei perante a qual todos os homens são iguais, independentemente de classes, raças, ideologias ou religião e analisando o sistema escravocrata e seu solapamento gradativo e pacífico, compreenderemos que não se deu oportunidade para a formação de uma ideologia em tôrno do preconceito racial. A desagregação lenta da escravidão, as condições inerentes ao sistema escravocrata, também são fatores decisivos para a não formação de uma ideologia de preconceito. Há, como já dissemos, os estereótipos que por diversos motivos não se uniram dando forma à ideologia. O que se nos apresenta hoje na estrutura sócio-cultural está estritamente condicionado à colonização do Brasil, à sua independência e à proclamação da república, tendo, em tôda essa evolução, justamente o negro papéis importantes a desempenhar.

E' sabido que já antes do descobrimento do Brasil se conheciam escravos negros. Não se sabe ao certo quando foram introduzidos os primeiros escravos africanos no Brasil. Verdade é que por volta de 1520-30 são registrados os primeiros em terras brasileiras. A princípio se procurou usar o índio no trabalho escravo, mas dois fatores se impuseram. Por um lado, o índio era difícil de ser capturado e quando prêso oferecia tôda uma série de problemas na acomodação e adaptação, por outro, logo se fêz sentir a oposição a tal sistema, provindo da Igreja Católica e dos próprios portugueses. Além disso o negro oferecia condições bem mais favoráveis ao trabalho árduo nas fazendas, no plantio e na mineração. De norte a sul do Brasil foi introduzido o escravo negro, mesmo considerando a diversidade da exploração do solo. O papel do escravo se tornou imprescindível logo de início. Na área de São Paulo, por exemplo, o verdadeiro afluxo do negro da África teve seu início na época da plantação do café, enquanto no Paraná se intensificou com a produção da erva-mate, ao passo que nos planaltos catarinenses e planícies gaúchas a mão escrava era amplamente usada nas fazendas de criação de gado. No norte brasileiro o escravo teve um papel importantíssimo no plantio da cana de açúcar e do cacau. E' importante ressaltar que a maioria de exploradores vinda ao Brasil não trazia consigo mãos para explorar a riqueza existente. Daí a necessidade de se usar a mão escrava, considerando que não se conseguia assalariados, dada a população escassa daquela época. Ademais, a mineração absorvia um número enorme de escravos, pois êstes tinham de ser renovados de tempo em tempo por causa do trabalho em ambientes insalu-

bres. A entrada constante e progressiva de imigrantes à procura de fortuna desenvolveu ainda mais o sistema escravocrata. A própria coroa portuguesa tinha como objetivo conseguir o máximo de riqueza dessa terra recém descoberta. Assim, não hesitava em distribuir terras em forma de latifúndios a quem quisesse e apresentasse meios de se fazer senhor absoluto de seu quinhão, tirando d'êle índice mais elevado de rendimento para si e para o Reino. Dentro d'esse estado de coisas se estabeleceu a escravidão no Brasil. Os negros mais procurados inicialmente foram os provindos de Moçambique e de Angola, devido a sua estatura e seu corpo bastante fortes. Mas, com o correr do tempo, os senhores de engenho, latifundiários e mineradores não perguntavam pela procedência, contanto que recebessem escravos em número elevado. Foi estabelecido um tráfico de negros regular entre o Brasil e a África. Nas fazendas êles viviam nas senzalas, sem o menor conforto, sem gozar de qualquer liberdade, obtendo uma alimentação precária. Por todos os meios se procurou fazer do escravo um «objeto» de uso a bel-prazer do senhor. Os escravos eram considerados «peças» pertencentes aos senhores e êstes últimos tinham inteira liberdade de usá-los como bem o entendessem. E' evidente que, recebendo êsse trato e não tendo qualquer meio ou possibilidade de se defenderem, os negros procuravam submeter-se à forma de vida que lhes era imposta. Tentaram acomodar-se dentro de um sistema inteiramente nôvo, dentro de um sistema pré-estabelecido contra o qual não se podiam opor. Isso deu origem a um mundo dicotomizado, um mundo e uma estrutura social formada por duas castas distintas, a dos senhores e a dos cativos. O ideal do colonizador branco era, nas palavras de Antonil, «ser servido, obedecido e respeitado de muitos». Havia também um fator econômico, alvo de cada senhor, pois, quanto mais escravos possuísse, tanto mais possibilidades de aquisição de novas áreas existiam. O negro, por sua vez, dada a sua situação de inteira passividade, de instrumento, não tinha um alvo a alcançar, a não ser o muito remoto da liberdade ou da ascensão para um pôsto mais elevado. Em alguns casos poderia ser elevado em sua posição social. Quanto à liberdade, somente havia a fuga que além de difficilima, era perigosa, pois se fôsse recapturado, receberia um tratamento dos mais ruins que muitas vêzes levava até à morte. Havia grupos de homens especialmente organizados, os quais, sob a chefia dos capitães-de-mato, se embrenhavam sertão a dentro à caça de fugitivos. Acontecia também que fugitivos se suicidavam a fim de escapar dos maus tratos que sofreriam após serem recapturados. Todavia, não faltavam os senhores mais humanos, cujos escravos recebiam um tratamento relativamente adequado, o que, porém, nada opunha ao sistema escravocrata em si, nem tampouco retinha a evolução do mesmo. Além disso, o próprio govêrno procurava manter a ordem, fazendo uso da fôrça. Prova disso é a existência de um pelourinho em plena praça pública. Da mesma forma jornais daquela época nos notificam dos castigos usados e dos meios empregados na caça dos fugitivos. Todos os sinais característi-

cos, inclusive marcas e cicatrizes oriundas dos castigos, eram amplamente descritos a fim de facilitar a identificação. Ora, mesmo no caso dos senhores tratarem seus escravos mais humanamente, isso ainda não significava qualquer dissociação, nem liberdade. O sistema era mantido em tôdas as hipóteses. A sociedade brasileira na época colonial se polarizava em tórno de dois pontos: de um lado o senhor, de outro o escravo. Os poucos que não pertenciam nem a uma nem a outra classe, procuravam integrar-se na casta dos senhores, fugindo da dos escravos.

O número de escravos sempre refletia a situação econômica do indivíduo, pois os escravos eram um alto capital que, na medida do possível, deveria ser aumentado. Realmente, havia grande preocupação em capitalizar a escravaria, a tal ponto de o senhor manter o concubinato com escravas, sobretudo para aumentar o número de braços a sua disposição. Com poucas exceções, também os filhos de senhor e de escrava eram escravos, até a promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, que declarava livres os nascituros. Contudo, com essa miscigenação se iniciou a desagregação do sistema. A medida que o indivíduo branqueasse, êle teria possibilidades maiores para subir na escala social. Em diversos casos vamos encontrar mulatos em postos de mais destaque, mesmo que continuassem escravos. Aliás, o método de colocar escravos — mulatos e às vêzes pretos — em posições de destaque, agia sôbre a psique dos mesmos. Fazendo tais concessões, os senhores conseguiam obediência maior, pois muitos aspiravam a subida na escala social. Diversos historiadores e sociólogos que viajaram pelo Brasil na época de sua colonização, relatam que chegaram a encontrar escravos dirigindo tôda uma fazenda na ausência de seus senhores. Também entre os capitães-de-mato havia mulatos e negros. A constituição do sistema escravocrata agia de tal forma sôbre os escravos que, logo que algum dêles fôsse elevado de pôsto, êle mesmo se tornaria inimigo dos outros escravos, pois já estava mais próximo à casta de seu senhor, distanciando-se assim da classe tida como baixa e inferior. O importante era destacar-se aos olhos do senhor e isso implicava em abandonar e até desprezar a sua própria classe, se bem que ainda não pudesse desligar todos os laços que o prendiam à classe tida como inferior. Note-se bem, o escravo mais destacado sômente merecia consideração quando estreitamente relacionado com o seu senhor. Caso fôsse livre, independente, seria tomado imediatamente como um indivíduo pertencente a uma classe inferior e essa classe se identificava pela côr da pele. A classe dos escravos era formada apenas por negros, daí a fácil identificação. Aqui encontramos um fator que também deu conotações peculiares à concepção do trabalho. O trabalho, agora, era definido em relação a essa sociedade assimétrica e tão crassamente polarizada. As conseqüências dessa definição do trabalho em relação à sociedade de castas, far-se-ão notar mesmo depois da abolição e em parte até hoje. O trabalho pesado recebe uma coloração pejorativa, pois êle é desempenhado por uma classe jul-

gada inferior. Acontecia mesmo que pessoas, cuja ocupação, em Portugal, não tinha passado de servir nas atividades manuais e braçais, chegando ao Brasil, não aceitavam, mesmo como livres, qualquer ocupação que se assemelhasse com a dos escravos. Aqui se evidenciam sintomas de um preconceito racial ligado estreitamente ao trabalho, i. é, ligado à definição de trabalho que se deu. Joaquim Nabuco num discurso abolicionista diz que a escravidão «impede a imigração, desonra o trabalho, retarda a aparição das indústrias».

O escravo, encarado como membro de uma raça inferior, permanecia completamente alienado, sem ter, portanto, as condições necessárias para aprender o sentido da sua própria existência social, quer em face da casta que o oprimia, quer em face de si mesmo. Essa alienação era característica em todos os outros planos. Mesmo nas horas destinadas ao descanso e ao lazer, as quais, diga-se de passagem, eram verdadeiras restringidas, o mancipio era mantido em constante supressão. Não se pode ignorar o fato de que muitas vezes tais pressões eram mais tênues, mas elas existiam. Havia, por um lado, os senhores que, de forma alguma, admitiam que os escravos dessem vazão às suas tensões em batuques, danças e cantos tradicionais de sua pátria, por outro, havia senhores que não se opunham de princípio a tais práticas, pois, como diziam, isso tirava o escravo do estado de revolta interior. O mesmo se dava nas práticas religiosas. A Igreja admitia a escravidão e procurava dirigir-se às duas classes de acôrdo com as exigências do sistema. Em algumas fazendas os mancipios podiam participar das missas dos brancos, mesmo que não ocupassem lugares dentro da própria capela. Em outras, todavia, as missas eram completamente separadas, tendo até ritos diferentes uns dos outros. Em ambos os casos é flagrante a alienação na qual estava mergulhado o elemento negro. Como diz Otávio Ianni, «as condições e os fatores singulares a cada casta, bem como a própria tessitura do sistema social global atuam de maneira contínua, mantendo a distância social entre o senhor e o escravo». Mesmo se tomarmos em consideração o paternalismo senhorial em relação ao cativo, i. é, um tratamento mais benigno e polido, um tratamento paternal, a distância social permanece rígida. Ademais, se o senhor de escravos se mostrava mais paterno, isso somente concorria para o seu próprio bem. O tratamento dispensado ao escravo se refletia em todas as atitudes dêsse, nas palavras de Auguste de Saint Hilaire, «se os negros têm habitualmente o ar sombrio, sofredor e estúpido, se em certas ocasiões se revelam mesmo grosseiros e audaciosos, é porque são maltratados». A fidelidade ou não do escravo é estritamente condicionada ao tratamento recebido. Em Curitiba, por exemplo, foi registrada uma briga na qual escravo e senhor lutavam lado a lado, defendendo a mesma causa, isso sem que o senhor tivesse ordenado qualquer coisa. O paternalismo também se manifestava em algumas concessões, tais como permitir que os escravos, em regozijo a certa data, organizassem um batuque, o

qual, via de regra, não era permitido, por ser contrário aos costumes da sociedade vigente. Concessões idênticas sempre eram feitas quando coincidiam com os interesses e propósitos do senhor e quando não fôsem diametralmente opostas à estrutura escravocrata. Note-se que tôda etiquêta era relativamente maleável, sem contudo afetar o sistema em vigor. Vemos que, mesmo constatando uma série de fatores favoráveis aos escravos, a estrutura social é bastante rígida e condiciona o mancipio a uma vida inteiramente anormal em comparação com a vida em liberdade no sentido da palavra. Os cativos, tendo como única ocupação o trabalho manual mais rude, não tinham a mínima possibilidade de subir culturalmente. Dentro de tal sistema não aprendiam a dirigir-se por si mesmos, não desenvolviam a livre iniciativa. Caso se desse ao escravo a alternativa de dirigir-se por si mesmo, se estaria negando imediatamente o próprio sistema.

Temos afirmado repetidamente que o regime escravocrata era mantido a todo custo e isso se explica da necessidade de braços para o trabalho pesado e considerado inferior. Ora, com essa preocupação também já se deu uma série de elementos que iniciaram um relaxamento gradativo do sistema. Além dos elementos inerentes ao próprio sistema, os fatores externos que influenciaram muito na destruição do cativo, foram se acumulando. Já mencionamos a miscigenação como um dos elementos que deram início à desagregação do escravismo e êsse está situado dentro do próprio regime. Não de somenos importância são as concessões feitas por muitos senhores com o fito de cativar a simpatia dos mancipios. Alguns escravos eram contemplados com a posição de domésticos ou agregados, posição essa que trazia em seu bôjo uma liberdade relativa. Em fins do século XVIII se concedeu a alforria a alguns cativos, contanto que continuassem servindo aos seus senhores ou para servir no exército, em lugar dos filhos de seus senhores. Dentre os fatores externos que contribuíram para a destruição do escravismo, citem-se a imigração em número crescente, imigração essa que constava de pessoas menos abastadas e que, não obstante, se viam na contingência de produzirem com suas próprias forças ou então de sucumbirem fatalmente. Por outro lado, as campanhas abolicionistas que deram origem à decretação de uma série de leis, proibindo o tráfico de negros, depois declarando livres os nascituros, em seguida libertando os sexagenários e tendo como ponto culminante a Lei Áurea decretada em 1888, muito contribuíram nesse sentido. Também a incorporação de negros nas tropas do exército — principalmente em tempo de guerra — agiu no sentido de desagregar o sistema vigente, pois, lutando lado a lado, ambos, negros e brancos, tiveram oportunidade de se redefinirem mutuamente.

A imigração, como fator dos mais importantes, se fez sentir duplamente na dissolução do cativo. Primeiro, os imigrantes queriam redimir-se, abolindo a escravidão, pois êsse sistema tinha originado um conceito errôneo e deprimente de trabalho. Segundo,

o trabalho livre começava a se tornar mais rendoso. Como vemos, a escravidão no Brasil não foi extinta da noite para o dia, mas sim, em passos paulatinos. A Lei Áurea apenas coroou toda uma evolução. O regime escravocrata foi extinto pacificamente, sem guerra nem mortes. Evidentemente, não mais havia razão de ser de tal sistema, dadas as novas circunstâncias de colonização e industrialização que se estabeleciam rapidamente. No entanto, a abolição do cativo foi seguida de uma série de implicações. O ex-mancípio não estava educado para se adaptar ao novo estado de coisas. Era necessário que se reformulasse o conceito de trabalho, o que realmente aconteceu. Além do mais, o sentido fundamental da abolição não jazia no desejo de se fazer do escravo um cidadão, mas sim, de transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre, para o qual o ex-escravo geralmente não estava apto. O liberto se via diante da seguinte alternativa: permanecer junto ao seu antigo senhor, no mesmo trabalho ou então procurar outro «emprego», o qual, por certo, seria dos mais rudes e pesados. A subcultura peculiar ao ex-escravo passou a ser atribuída ao próprio cativo e não ao sistema que o levou a tal estado. Além disso a própria legislação fixou conexões estreitas entre ex-escravo e negro. Por exemplo: «Qualquer LIBERTO que fôr encontrado sem ocupação, terá de contratar serviço no prazo que lhe fôr estipulado». Note-se que está dito liberto, i. é., pessoa que era escrava e, os escravos eram homens de cor. Na nova sociedade se estabeleceu também uma nova classe que se encarregaria de fazer praticamente todos os trabalhos como assalariados ou empregados. As definições negro e mulato passam a ser imagens ideológicas que identificam membros pertencentes a uma classe inferior. A cor passa a ser um fetiche em evidência. Verdade é que o branco não repele o elemento de cor num esforço deliberado. A cultura e posição social do negro se prestavam perfeitamente para manter, sob outras formas, grande parte do sistema abolido. Perante a lei todos os homens eram iguais, mas a integração racial e social das duas castas em dissolução, não pôde ser regularizada por uma lei. A própria reestruturação trouxe consigo essa atitude. Uma enormidade de fatores concorreram para o mesmo fim: Atribuir ao negro e ao mulato qualidades inferiores. O simples uso da definição negro e mulato já o demonstram. Todas as peculiaridades do antigo sistema ainda existiam e eram um impedimento — no mínimo uma grande dificuldade — ao acesso do elemento de cor, acesso esse que viria a modificar o seu «status». Dessa forma se estabelece um círculo vicioso. A atitude dos brancos em relação aos negros e mestiços mudará, transformando-se a posição social dos últimos, mas a perpetuação de atitudes desfavoráveis aos negros e mestiços, limita, ao mesmo tempo, a possibilidade deles subirem na escala social. Até hoje ainda se pode notar, se bem que mais atenuado, esse círculo vicioso. A princípio se tem a impressão de que somente existe um preconceito de classe, todavia ele tem suas bases na cor. Prova disso é que dentro da própria classe comumente vamos encontrar traços nítidos de preconceito. Não há dúvida de que à

medida que se sobe na escala social, o coeficiente de elementos de côr tende a diminuir vertiginosamente e, por conseguinte, o preconceito é maior. Partindo daqui poder-se-ia afirmar que o preconceito sômente se limita às classes, o que não corresponde inteiramente à verdade. Citemos alguns acontecimentos reais. Em São Paulo um negro muito bem trajado deseja entrar em uma «boite». O porteiro, porém, lhe barra a entrada solicitando que entre pelos fundos. Doutra feita entra um casal de côr num bar e imediatamente alguém resmunga: «Antigamente êste local era bem freqüentado». O garçon se dirige ao casal, diz algo em voz baixa e ambos se retiram. E' importante salientar que isso aconteceu em São Paulo, cidade cuja indústria absorveu milhares de homens para o trabalho, indistintamente da côr. Em 19 de março do corrente ano, diversas emissoras noticiaram o seguinte fato: Em Putinga, nas imediações de Encantado (RS), um bolsista de côr se dirigiu ao Colégio N. S. de Fátima, mas não foi admitido, alegando-se franca e abertamente que era devido à côr. Que o preconceito não se refere sômente às classes também pode ser constatado nas grandes indústrias onde elementos de todos os matizes trabalham lado a lado. Dentro da fábrica não há qualquer problema. Fora, porém, a distância é mantida. «No trabalho só a classe conta, mas fora a côr reaparece», é a informação prestada por um elemento de côr.

Nos bairros pobres, onde negros e brancos vivem na mesma miséria, realmente não há preconceito. Como já dissemos, o preconceito de côr se evidencia à medida que se sobe na escala social. Os milhares de questionários levados a efeito nos pontos mais diversos do Brasil, apesar de bastante contraditórios, deixam entrever alguns traços muito uniformes. À pergunta onde as pessoas inquiridas não gostariam de encontrar elementos que não fôsem brancos, 80% deram a resposta: «Nos bailes e na família». Evidentemente o preconceito de côr é mais nítido nas relações sociais. Todavia não pára aqui. Quando um negro deseja ascender socialmente, encontrará barreiras. Verdade é que a côr é assunto tabu, sendo circunscrito com medidas de muito tato e polidez. Quando um negro ou mulato se dirige a uma firma procurando assumir uma vaga aberta, ouve: «A vaga já foi preenchida», «o senhor deixe o seu enderêço que o procuraremos na primeira oportunidade», quando a vaga ainda está aberta e será entregue ao primeiro branco que aparecer. Não há dúvida de que isso também acontece a brancos com freqüência, mas as estatísticas são claras quanto às proporções de um e de outro. Os inquéritos realizados demonstram que dirigentes de muitas emprêsas elogiam com firmeza as qualidades e obras de elementos negros. Mas, basta levar a conversa um pouco adiante para se ouvir frases como essa: «Não gosto dessa raça». Os estereótipos em relação ao negro aumentam realmente de acôrdo com a escala social ascendente. Não carece de qualquer prova o fato de que se encontram muito mais elementos de côr em trabalhos pesados do que em posições de destaque. Na estiva, em outros trabalhos de carga e descarga, como

servente, o elemento de côr é amplamente usado. Atualmente o nosso exército já mantém suas portas abertas praticamente para todos, o que não é tão lógico na marinha e na aeronáutica. Em sociedades e clubes de recreação é comum encontrarmos a seleção pela côr, se bem que também o fator econômico tenha de ser observado devidamente. No entanto, há inúmeros casos de negros e mulatos que, mesmo tendo diplomas e capacidades inegáveis, encontram dificuldades devido à sua côr. Ou porque — principalmente em se tratando de profissões liberais — não são procurados ou então porque são desfeitos, não quanto às suas aptidões, mas por causa da côr.

Encaremos o problema também do ponto de vista dos negros e mulatos. Há uma série de dificuldades impostas pelo brancos, as quais não passam despercebidas. Os estereótipos estabelecidos e em vigor ainda do tempo dos escravos são absorvidos pelos negros, tendo como consequência um comportamento dentro desses moldes. É interessante notar que, via de regra, o elemento de côr aceita o estado de coisas como êle é. Procura subir na escala social até o ponto permitido pelas circunstâncias, mas dificilmente irá adiante das barreiras. Êle conhece a sua dependência dos brancos e evita atritos em forma de qualquer revolta. Usa da ironia e procura divertir-se com os estereótipos a êle atribuídos. Mas muitas vezes tais divertimentos têm a aparência de lágrimas engolidas. Em todo caso não há tendência de revolta. O negro procura acomodar-se a fim de evitar atritos. Já desde o berço lhe é inculcado um bom número de estereótipos. Por exemplo, quando o filho fala em continuar o estudo é inquirido pelos pais: «P'rá quê? Prêto foi feito para os trabalhos brutos, isso não adianta nada!». Vemos que muitas vezes também é a falta de persistência e um conformismo muito rápido que deixam permanecer a situação existente. Mas, êsse conformismo não é tão voluntário assim, êle já vem desde o tempo da colonização. Não se pode negar o fato de que muitos negros tentam uma integração racial e realmente a conseguem. O meio comumente usado é o branqueamento, i. é., o intercasamento com elementos brancos ou mais claros, até que a côr passe de um prêto retinto ao moreno, e as estatísticas provam que anualmente um número considerável de elementos passa a linha divisória estabelecida pelo preconceito. Até certo ponto também o esporte oferece possibilidades de ascensão, se bem que nesse caso a côr permaneça. Em suma, entre negros e brancos as opiniões que se referem ao preconceito variam muito. Há os que — brancos e negros — optam por uma integração racial, há os indiferentes e por fim existem os que preferem preservar a situação existente, uns para evitar atritos, outros porque são da opinião de que o que existe está certo. Considerando o fato de que há diversas opiniões e de que muitas vezes essas opiniões são frontalmente opostas é que podemos reiterar a nossa afirmação feita no início: Não há preconceito racial em forma de ideologia. Há, isso sim, uma infinidade de estereótipos formulados por um e aceitos por outro.

Nós no Brasil não podemos falar de uma ideologia de preconceitos e muito menos de uma segregação em termos ásperos, o que não deixa de ser um privilégio até certo ponto!

Creemos ter deixado relativamente claro que, apesar de não haver ideologia de preconceito, êle existe em forma de estereótipos e suas conseqüências são desagradáveis. O espírito brasileiro muito contribuiu para que não se formasse uma ideologia. Não fôsse êsse espírito talvez o véu que encobre muitas atitudes em relação à côr já não mais existiria.

Poderíamos deixar tudo assim como está atualmente, esperando que, com o correr do tempo, tudo se normalize. Mas todo êsse processo é muito lento. Fato é que o próprio govêrno tem notado as manifestações do preconceito racial, tomando uma posição definida. Não consiste em novidade se afirmarmos aqui que a lei pode ser contornada pelos mais diversos caminhos, e isso é ainda mais fácil quando se trata de uma lei que declara simplesmente serem todos os homens iguais perante a mesma. Assim, tendo como ponto de partida um incidente ocorrido, foi decretada a lei Afonso Arinos que constitui contravenção penal a todos que negarem entrada de elementos de côr em hotéis, cinemas, armazéns, emprêgo sem razões plausíveis etc. Será bom salientar aqui, que essa é a primeira lei brasileira que se refere tão diretamente ao preconceito de côr. Quando de sua publicação se pediu pareceres a alguns negros, uns exultavam, outros alegavam que ela vinha beneficiar somente uma minoria, ao passo que terceiros eram categóricos em afirmar que a situação não mudaria de nada. Realmente, uma lei coibitória não poderá pôr fim ao preconceito em si, pois as suas raízes são bem mais profundas. Ela será útil à medida que fôr cumprida. Creemos que o passo mais acertado no sentido de exterminar o preconceito de côr, deverá ser dado na escola, pois está provado que crianças até aos 11 anos não têm preconceito de côr. Elas se guiam pelas qualidades que seus colegas apresentam, indistintamente da côr. Acontece, porém, que professores dão preferência a elementos brancos, relegando os de côr a um segundo plano, o que não passa despercebido. Tôda criança menosprezada, procurará se impor, não escolhendo os meios para tal. Antes da escola, porém, é de suma importância a educação no lar. As primeiras sementes de preconceito são lançadas justamente nêsse campo. Interessante é a observação de que mormente em lares desajustados as proporções de preconceito são muito mais elevadas. E' evidente que a criança sofrerá influências, podendo o preconceito ser somente maior ainda. Os estereótipos não decorrem da experiência dos jovens, mas são praticamente universais na comunidade, tendo como ponto de partida o menor meio social que é a família.

Sem dúvida, as maiores possibilidades para a extinção do preconceito jazem no lar e na escola. Isso no sentido de aceitar o elemento negro, de possibilitar também a êle o estudo e a formação

em plena igualdade. Sabemos que isso não poderá acontecer repentinamente, estamos cientes do tempo e da dedicação que isso custa a uns e a outros, mas isso não nos isenta de fazermos-lo, antes nos impõe uma grande responsabilidade. Todos os homens são iguais diante de seu Criador, diante de Deus, Pai de Jesus Cristo. O Evento de Cristo se deu para todos os homens, indistintamente de raça, côr, posição social. Realmente, podemos encontrar um comportamento e uma acomodação racial exemplar justamente em algumas Igrejas, onde elementos de todos os matizes estão lado a lado, mesmo pertencendo a classes bem diversas. Além disso, se nos chamamos brasileiros, se somos brasileiros, não podemos negar a influência do negro nos mais diversos setores da cultura e da formação desse povo que é o brasileiro. Finalizando queremos lembrar as palavras lapidares do eminente sociólogo Gilberto Freyre: «No dia em que o Brasil, para se mascarar de branco como nas histórias de carochinha, para se fantasiar de nórdico, para se cair de ariano, renegasse suas origens mestiças ou a composição mestiça do grosso, do forte, do substancial de sua população e de sua cultura, o Brasil deixaria de ser nação para amesquinhar-se em subnação».